

A FÊNIX IMPERIAL: O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860

Alcemar Ferreira Júnior

Em seu importante trabalho “Em Busca de Identidade: Exército e a política na sociedade brasileira”, Edmundo Campos Coelho atenta para um processo por ele denominado de “política de erradicação do Exército”. Através dessa política, segundo o autor, o Exército era desprestigiado pela elite imperial através de baixos soldos, baixos efetivos e péssimos padrões de recrutamento, criação da Guarda Nacional, etc; e essas seriam as causas do golpe de 1889 e das outras intervenções militares até 1930. Coelho assim definiu a política de erradicação:

O que Huntington chamou de política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu esta política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no 2º Império e durante a República Velha. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu de hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha.

A política de erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do conformar-se ou perecer. Por efeitos de fatores diversos, a elite política praticou no Império, de forma particularmente agressiva.¹

Nessa mesma linha de raciocínio, Silene Freire alega que “o Exército (na República Velha), caracterizava-se como um aparelho institucionalmente manietado, organicamente atrofiado, socialmente desconsiderado e politicamente inconformado”².

Curiosamente tanto Coelho como Silene Freire, no entanto, apontam o Exército como o avalista da implantação do Estado Novo em 1937, “um regime militar em essência³”, segundo Coelho. Acreditamos que a redução a um único esquema analítico feita por Coelho dos 77 anos do Império e dos 41 da República Velha invalide alguns de seus argumentos sobre a política de erradicação, principalmente, no período anterior à Guerra do Paraguai.

Contrapondo-nos ao modelo de análise desses autores, especialmente ao de Coelho, nosso objetivo neste trabalho é avaliar como a criação de um aparelho burocrático pela administração saquarema nas décadas de 1850 e 1860 – propiciando o início da profissionalização do Exército⁴ – contraria a tese erradicadora, ainda no Império.

No contexto mundial, a novidade do século XIX é a profissionalização do militar. Decorrida em grande parte do crescimento demográfico, da industrialização e do avanço da urbanização, que contribuíram para o aumento da especialização funcional e para a divisão do trabalho. Para Huntington, a guerra já não era uma tarefa simples e descomplicada:

*Os exércitos passaram a ser maiores, e o mais importante, passaram a ser compostos de elementos cada vez mais diversificados. Já não era possível a um homem só dominar toda a estrutura bélica.*⁵

No Brasil, é inegável que durante a Regência (1831-40) investiu-se pouco no Exército, em 1831 já houve a diminuição em 50% de seu efetivo e a criação da Guarda Nacional, mas na década de 1850 esse quadro seria alterado pela ascensão dos conservadores ao poder. No entanto, a tentativa de modernizar o Exército e torná-lo mais eficiente fará com que o grupo militar “saquarema” (Manoel Felizardo, Belegarde e Caxias⁶) o reestruture na década de 1850. Para o Ministro da Guerra Manoel Felizardo “era preciso criar um novo Exército”⁷ e o primeiro passo para o surgimento desse novo Exército era a racionalização administrativa, através da criação de um quadro burocrático. Como salienta Johnson:

*A profissionalização significava a burocratização e a especialização. A primeira colocou o pensamento dos oficiais em linha com o de outros servidores públicos e tendeu a focalizar sua atenção sobre questões como soldo, promoções, segurança, pensões e reforma. A especialização foi conseguida pela utilização dos oficiais e missões militares estrangeiras, e com mais atenção para o preparo científico nas academias militares.*⁸

Nas décadas de 1840 a 1860, houve as seguintes criações:

1) A criação da Comissão Prática de Artilharia em 1844, transformada em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército em 1849, responsável pela busca de novas tecnologias militares.

2) Em 1850, teremos as criações da Contadoria Geral da Guerra; da Comissão de Promoções do Exército, do Corpo de Saúde do Exército e da Repartição Eclesiástica do Exército. Teremos, ainda, a importantíssima publicação dos Regulamentos para Execução da Lei de Promoções do Exército e a adoção dos regulamentos de Beresford para a cavalaria, do de Zagallo para a infantaria e do de Pardal para a Artilharia montada, todos

esses regulamentos em substituição ao famigerado regulamento do Conde de Lippe. Posteriormente, durante o Ministério Caxias todos esses regulamento foram substituídos pelos de tática elementar da três armas adotados pelo Exército português.

3) Em 1851 há a publicação do Regulamento dos Inspetores dos Corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército; a criação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e a divisão do território nacional em Distritos Militares.

4) Em 1852, é lançado o primeiro Plano de Uniformes para o Exército. Em 1853 é criada a Repartição do Quartel-Mestre General.

5) Em 1855 foram criados o Batalhão de Engenheiros e a Escola de Aplicação do Exército com a separação entre essa escola e a Central no Largo de São Francisco⁹.

6) Em 1858 é criada a Repartição do Ajudante-General e em 1859 é criada a Escola de Tiro de Campo Grande.

Essas alterações foram significativas se considerarmos que até 1850 toda a administração era centralizada na Secretaria-Geral da Guerra e pelos Comandantes de Armas provinciais e, após 1860, a única alteração significativa nessa estrutura burocrática é a criação do Estado-Maior do Exército em 1896, em substituição à Repartição do Ajudante-General. Um indicador dessas mudanças foi a construção de um prédio mais amplo para o Ministério da Guerra, entre 1855 e 1861, em substituição ao prédio de 1811¹⁰.

Mas não era apenas a criação de um quadro burocrático dirigente. Como exemplo, citamos o caso da Repartição do Quartel-Mestre que tinha em cada quartel um oficial subalterno (geralmente alferes) como quartel-mestre; em cada brigada e divisão um Assistente (major) e dois amanuenses do Quartel-Mestre General; nos Corpos de Exército um Deputado do Quartel-Mestre General e junto aos Comandos de Armas Provinciais, um Assistente. Esses militares tinham as mesmas atribuições da Repartição, no nível de suas unidades.

Pelo limites naturais do trabalho, escolhemos a Repartição do Quartel-Mestre General e nortearmos nossa análise pelo seu Regulamento e pela documentação inédita que há no Arquivo do Exército, a fim de demonstrar como o Exército estava se

profissionalizando já na década de 1850 e 1860. Como nenhum trabalho se deteve sobre esta documentação seriada e de forma abrangente, composta pelos Códices das Diretorias da Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, dos Códices de Ordens da Corte e do Quartel Mestre-General¹¹ esperamos contribuir, de um modo geral, para um melhor entendimento do Exército durante o 2º Império.

A idéia de uma Repartição do Quartel-Mestre General não era nova no Exército¹². Na intervenção contra Oribe e Rosas em 1851 e 1852, houve reclamação sobre a falta de uma Repartição com essas atribuições reguladoras, como podemos notar do Relatório do Ministro da Guerra de 1853.

Releva ainda notar-se que apesar de se exigir do comandante em chefe do Exército que fizesse pedidos detalhados dos objetos que lhe eram precisos, ele nunca pôde satisfazer esta ordem alegando, e com razão, que nem lhe restava tempo para isto, nem tinha uma administração militar tão numerosa, e bem montada, que lhe pudesse fornecer os dados, aliás necessários, exigidos pelo Governo. Em tais circunstâncias, não tendo também o Ministério da Guerra uma Repartição de Quartel-Mestre General a quem incumbisse de organizar a relação dos objetos necessários ao Exército, determinou-se que o Arsenal comprasse o que fosse preciso para quantidade determinada de fardamentos, equipamentos e etc.¹³

Após a experiência da guerra e provada a necessidade de um órgão com essa finalidade reguladora e logística, a Repartição foi definitivamente organizada pelo Ministro da Guerra, Tenente-coronel Manoel Felizardo de Souza Mello através do Decreto 1.127, de 27 de Fevereiro de 1853. Possuía três seções e era chefiada por um General ou Coronel¹⁴. À sua 1ª Seção competia tudo quanto fosse concernente ao armamento, tantos dos Corpos quanto das Fortalezas, equipamento, remonta, arreios, provisões, petrechos militares, insígnias, e utensílios. À segunda, tudo em relação ao fardamento, carga e descarga aos Arsenais, Depósitos e Corpos militares e sua fiscalização. A 3ª seção era encarregada pela distribuição de víveres e forragens para homens e animais.

As funções da Repartição e de suas seções, de acordo com o Regulamento, podem ser detectadas na documentação enviada ao Ministro da Guerra. Em um ofício, o Ministro da Guerra ordenava ao Ajudante-General a distribuição de equipamento e fardamento aos Corpos da Guarnição da Corte e das Províncias, observando as listas feitas pela Repartição do Quartel-Mestre.

Ministério dos Negócios da Guerra, 24 de Agosto de 1857.

Dou conhecimento a V. Exa que pelo Arsenal de Guerra mandem-se fornecer aos Corpos de Guarnição da Corte e aos das Províncias mencionadas nas inclusas notas, organizadas pela Repartição do Quartel-Mestre General, o equipamento e o fardamento constante das ditas notas, como foram requisitados nos seus ofícios (...) de julho último. Deus Guarde a V. Exa. Jerônimo F. Coelho ao Sr Barão de Suruhy.¹⁵

O que nos interessa neste ofício é a menção às listas organizadas pela Repartição do Quartel-Mestre General sobre armamentos e equipamentos. Essas listas eram feitas após envio obrigatório nos meses de janeiro, abril, julho e outubro das tabelas de fardamentos e equipamentos de cada unidade pelos Comandantes dos Corpos à Repartição do Quartel-Mestre General¹⁶. Anteriormente, esse material não estava sujeito a qualquer controle, como podemos ver no Relatório do Ministro da Guerra de 1859.

Antes da criação desta Repartição (do Quartel-Mestre General) grandes somas se escoavam dos cofres públicos pela impossibilidade de se moralizarem os pedidos dos corpos e repartições. Esses pedidos eram satisfeitos segundo a maior, ou menor instância, com que eram apresentados. E, em geral, nenhuma autoridade tinha meios de verificar a legalidade de tais fornecimentos, porque a mobilidade dos corpos a tudo confundia, e não tínhamos uma repartição central, que pela sua escrituração conhecesse a regularidade de tais fornecimentos.¹⁷

Além dessa função reguladora na época de paz, a Repartição destacou-se também na Guerra do Paraguai. Durante a guerra criou um aparato logístico de grande monta que supriu as tropas com cigarros, cavalos, bebidas, barracas e armas, além de transporte para diversos batalhões. E esse aparato logístico foi muito importante como assinala Maria Bárbara Levy:

A necessidade de organização de um Exército não só supunha armá-lo, mas também alimentar a tropa e ter despesas com fardamentos e calçados. O recrutamento de cerca de 200 mil homens exigiu uma infra-estrutura logística que se traduziu no esforço para produzir uma série de bens até então importados. O Estado logo se tornou o maior comprador desses produtos. A importância relativa do comércio exterior decresceu nesses anos em relação ao produto interno, declinando de cerca de 30% em fins da década de 1860 para 25% a partir de 1870, aumentando vagarosamente no período a importação de equipamentos.¹⁸

Nas guerras do passado, as preocupações logísticas restringiam-se aos equipamentos e suprimentos que podiam ser transportados pelas próprias tropas, sendo o restante necessário obtido através de confisco e saques. Segundo Izecksohn, nesse quesito, a Guerra do Paraguai diferia das outras travadas pelo Exército Imperial:

Uma segunda característica dessa guerra relacionava-se aos problemas gerados pelo abastecimento: a velocidade dos deslocamentos era bastante lenta, e boa parte da primeira fase da campanha se deu em território aliado (Argentina), tornando impossível resolverem-se os problemas de abastecimento através dos meios convencionais, como o saque e a pilhagem. No caso de operações em território paraguaio, a situação se agravava ainda mais pela total impossibilidade de contar com a colaboração da população local, que recuava junto com as tropas de López, deixando a terra devastada à ocupação das forças da Tríplice Aliança. Nas palavras de um oficial brasileiro: a guerra, ali, não alimentava a guerra. Uma vez que a ajuda era impossível, as exigências da guerra levavam o Exército a se adequar, na prática, às características de um conflito que o ensinava, dolorosamente, a ser eficiente.¹⁹

Por esse motivo, durante a guerra, uma importante função da Repartição era prover as tropas com a remonta. Em um ofício de 08 de março de 1865 encontramos a compra de 2.000 cavalos para forças em operação no Mato-Grosso²⁰. Em outro ofício dessa mesma data, há a compra de 200.000 maços de cigarros²¹ para envio às tropas que seriam embarcados para o Paraguai. Em outro, de 31 de Março de 1865, aparece a compra de 10.000 carabinas à Minié, de 14,8 mm com sabre-baioneta de uma fábrica da Bélgica²² e a compra de sapatos de uma firma fluminense (Dias & Irmãos) para envio aos soldados no front.²³ Além dessas compras, a Repartição organizou quartéis para acomodação de tropas que vinham do Norte para a Corte²⁴. Em outro ofício dá ordens para que fosse recolhido o material militar que estivesse em bom estado nas Províncias do Norte ao Arsenal de Guerra na Corte para distribuição às unidades que fossem seguir para a campanha²⁵. Encontramos, ainda, três ofícios em que a Repartição libera equipamentos para unidades de Voluntários da Pátria²⁶. Como podemos notar tudo que era referente à área logística na Guerra do Paraguai estava sendo tratado pelo Quartel-Mestre General. Não estamos afirmando, porém, que não houve aquisição de materiais nos países aliados do Brasil.

Retornando ao nosso objetivo inicial, é inegável, como mostra Adriana Souza²⁷, que a obra de Campos Coelho contribuiu com uma nova abordagem analítica e com um grande montante de dados sistematizados que permite-nos uma análise menos uniforme do Exército brasileiro no século XIX. Mas o início da profissionalização do Exército, da qual a Repartição do Quartel-Mestre General é apenas um dos exemplos, empreendida pelos Ministros Felizardo, Belegarde, Caxias e Jerônimo Francisco Coelho entre os anos de 1849 e 1858 através da criação dessas Repartições, Corpos, Comissões e Inspetorias – que

cuidavam da disciplina, da administração, transferência de pessoal, organização de almanaque, promoções e recrutamento (Repartição do Ajudante-General); instrução prática para tropa (Inspetores dos Corpos de Infantaria, Artilharia e Cavalaria); controle dos gastos e racionalização de recursos (Contadoria Geral da Guerra); controle do material, fardamento e logística (Repartição do Quartel-Mestre General) e busca de novas tecnologias militares²⁸ (Comissão de Melhoramentos do Material do Exército); da saúde e da religião em tempo de paz e guerra (Corpo de Saúde e Repartição Eclesiástica do Exército, respectivamente) – nos faz pensar sobre a limitação da tese da política de erradicação para um melhor entendimento das relações civis-militares no período pré-Guerra do Paraguai.

Enfim, podemos afirmar que mesmo que o Exército imperial tenha sido organizado segundo uma orientação conservadora, como aponta Adriana Souza²⁹, com todas as limitações que isso implicou – tais como a não universalização do recrutamento, a não abolição dos castigos corporais e mudanças restritas ao corpo de oficiais, entre outras – falta uma base de conhecimento empírico mais consistente sobre esse quadro burocrático para podermos formular um modelo de análise sobre o Exército antes daquela guerra, ainda, que, como ensina Peixoto³⁰, esse modelo seja restrito a momentos e aspectos circunstanciais da Instituição militar.

¹ COELHO, Edmundo C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 34.

² FREIRE, Silene de Moraes. Forças Armadas, Revolução Passiva e a Resolução de Conflitos Políticos no Brasil. (Syn)Thesis, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1998, p.77-85.

³ COELHO, Edmundo C. Op. cit., p. 97 & FREIRE, S.. op. cit. p. 81

⁴ Schulz em seu clássico aponta para outros índices de profissionalização. SCHULZ, J.. O Exército na Política, São Paulo: Edusp, 1994, p.27. Neste trabalho abordamos a profissionalização a partir de uma perspectiva institucional.

⁵ HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1996, p.50.

⁶ Os três foram Ministros de forma quase ininterrupta de 1848 a 1857.

⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Relatório do Ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 1851, p.39.

⁸ JOHNSON, J.J. & et all. Os Militares Latino-americanos como Políticos. In: Idem. Militares e Política na América Latina, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 53-4. Wilma P. Costa considerou essas medidas burocratizantes da década de 1840-50 como criadora de uma “cultura” profissional própria baseada na antiguidade e no mérito como critérios de ascensão na carreira, o que opôs os ramos científicos do Exército, no pós-guerra do Paraguai, ao favoritismo utilizado pela Guarda Nacional. COSTA. W.P. A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996, p.294-5.

⁹ MOTTA, J. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1998, p. 106. Alain Rouquié se refere à criação de um quadro burocrático em qualquer Exército latino-americano como uma das causas do militarismo: “a auto-suficiência das Forças Armadas da qual são testemunhas os capelães, médicos, músicos, cabeleireiros e veterinários militares”. In: Idem. O Estado Militar na América Latina, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984, p 93.

¹⁰ Essas Repartições, Corpos, Comissões e Inspetorias foram organizadas no mesmo prédio do Ministério da Guerra.

¹¹ Os Códices de Ordens da Corte vão do número 196 a 215 (1848-1870); os das Diretorias vão de 542 a 545 (1848-1870) e o do Quartel-Mestre General é o 917(1853-1868). A partir de 1861 com a nova reorganização do Exército, as Repartições do Quartel-Mestre General, do Ajudante General e da Contadoria Geral da Guerra passaram a chamar-se Diretorias da Secretaria de Estado da Guerra.

¹² Na década de 1820 foram criadas uma Repartição do Quartel-Mestre General e uma Contadoria Geral do Arsenal de Guerra, mas seu controle era restrito à Guarnição do Rio de Janeiro e ao Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, respectivamente. As duas Repartições, porém, foram extintas em 1838. PONDÉ, Francisco P. A. História Administrativa do Brasil: Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965, p. 43.

¹³ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Relatório do Ministro da Guerra de 1853, p. 13.

¹⁴ Os oficiais da Repartição eram pertencentes ao núcleo que Izecksohn definiu como de armas científicas (Engenharia e Artilharia). IZECKSOHN, Vítor. O Cerne da Discórdia, Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p 144-5.

¹⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Coleção de Códices do Exército nº 58 - 1857-1858, Rio de Janeiro, p 14.

¹⁶ BRASIL, Decreto nº 1.127, de 26 Fev 53. (Art 7º). Cria a Repartição do Quartel-Mestre General. Os modelos de tabela que eram enviados ao Quartel-Mestre estão publicados nos Anexos do Regulamento da Repartição.

¹⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1859, p.4-5.

¹⁸ Citado por LEVY, M. B.. As Injunções do Esforço Bélico no Paraguai. IN: Idem. A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994. p. 91-94.

¹⁹ IZECKSOHN, V. Op. cit. p. 39.

²⁰ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Coleção de Códices do Quartel-Mestre General. Rio de Janeiro, p. 18 verso.

²¹ Idem, p.18 verso.

²² Idem, p. 26. Essas armas à Minié foram utilizadas pela artilharia brasileira no Paraguai. Conforme CASTRO, Adler H. & BITTENCOURT, José N. Armas: ferramentas da paz e da guerra, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991, p. 58-60.

²³ Idem. p. 21.

²⁴ Idem, p. 21 verso.

²⁵ Idem, p. 21 verso.

²⁶ Idem, p. 17, 21 e 23.

²⁷ SOUZA, Adriana B. O Exército na Consolidação do Império, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p 21.

²⁸ Essa Comissão em 1875 estava testando metralhadoras Gattling no Exército, recentemente introduzidas no Exército britânico em 1874. Conforme Relatório do Ministro da Guerra 1875, p.14 e15.

²⁹ Idem, p.27.

³⁰ PEIXOTO, A. C. Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação: ROUQUIÊ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Record: Rio de Janeiro, s d., p.28.